

**Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)**

# **História e as Práticas de Presentificação e Representação do Passado**

**Atena**  
Editora

Ano 2020



**Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)**

# **História e as Práticas de Presentificação e Representação do Passado**

**Atena**  
Editora

Ano 2020



2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof<sup>a</sup> Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof<sup>a</sup> Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof<sup>a</sup> Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
H673	<p>História e as práticas de presentificação e representação do passado [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF            Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.            Modo de acesso: World Wide Web.            Inclui bibliografia            ISBN 978-65-5706-075-9            DOI 10.22533/at.ed.759202805</p> <p>1. História – Filosofia. 2. História - Historiografia. 3. Historiadores.            I. Guilherme, Willian Douglas.</p> <p style="text-align: right;">CDD 907.2</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O e-book “História e as Práticas de Presentificação e Representação do Passado” reuni 16 artigos entorno de um debate atualizado e propositivo sobre práticas e história. As pesquisas foram organizadas em 4 grupos conforme interesse da obra.

No primeiro grupo, temos três textos que discutem a presentificação e representação do passado do ponto de vista de território, trazendo um diálogo crítico e convidativo ao debate.

Para o segundo grupo, foram selecionados cinco artigos que dialogassem em torno da religião, trazendo ações históricas que permaneceram presentes nos tempos atuais. Polêmicas ou não, as pesquisas contribuem com a quebra de preconceitos e propõem novos olhares.

No terceiro conjunto, agrupei cinco pesquisas que apresentassem um debate relevante para o contexto histórico proposto por esta obra, que é a presentificação e representação do passado. As pesquisas permeiam o século XIX, XX e XXI.

Para o quarto grupo, são três artigos voltados para a discussão histórica por meio da educação. As pesquisas convidam ao olhar dialógico e levam o debate para além da leitura.

Desejo boa leitura a todos!

Willian Douglas Guilherme

## SUMÁRIO

### I.

#### **CAPÍTULO 1 ..... 1**

A COMUNIDADE DE CERRO PELADO, FRONTEIRA E HISTÓRIA AGRÁRIA

[José Carlos Sampayo Ferreira](#)

**DOI 10.22533/at.ed.7592028051**

#### **CAPÍTULO 2 ..... 13**

A GUERRA DE (RE)CONQUISTA SOBRE O CAMPO MEXICANO E A RESISTÊNCIA TERRITORIAL ZAPATISTA

[Rodrigo de Moraes Guerra](#)

**DOI 10.22533/at.ed.7592028052**

#### **CAPÍTULO 3 ..... 22**

ALDEADOS DE PIRATININGA – INDÍGENAS ADMINISTRADOS DE SÃO PAULO COLONIAL (SÉCULOS XVI - XVII)

[Antonio Martins Ramos](#)

**DOI 10.22533/at.ed.7592028053**

### II.

#### **CAPÍTULO 4 ..... 33**

ANALOGIA DO SÁBADO

[Cleonaldo Pereira Cidade](#)

**DOI 10.22533/at.ed.7592028054**

#### **CAPÍTULO 5 ..... 45**

CONTRIBUIÇÕES DE KOSELLECK, RÜSEN E FREIRE PARA O PROFESSOR DE HISTÓRIA QUE ATUE NO ENSINO RELIGIOSO.

[Marcelo Noriega Pires](#)

**DOI 10.22533/at.ed.7592028055**

#### **CAPÍTULO 6 ..... 57**

O CAMPO RELIGIOSO “BRASILEIRO” NA OBRA MACHADIANA

[Valdeci Rezende Borges](#)

**DOI 10.22533/at.ed.7592028056**

#### **CAPÍTULO 7 ..... 70**

ORIXÁ E NATUREZA: O CANDOMBLÉ NA PERSPECTIVA DECOLONIAL

[Victor Hugo Basilio Nunes](#)

**DOI 10.22533/at.ed.7592028057**

#### **CAPÍTULO 8 ..... 86**

O ESPAÇO DE TERREIRO COMO ESPAÇO EDUCATIVO

[Patrícia da Silva Pereira](#)

**DOI 10.22533/at.ed.7592028058**



### III.

#### **CAPÍTULO 9 ..... 98**

O “LIVRO DE ENTRADA DE IRMÃOS DA IRMANDADE DE N. SRA. DO ROZARIO DOS PRETOS DA FREGUESIA DA CAXOEIRA” – RS, SÉC. XIX

[Henrique Melati Pacheco](#)

**DOI 10.22533/at.ed.7592028059**

#### **CAPÍTULO 10 ..... 113**

NETTO ENCONTRA SUA ALMA! UM CAUDILHO DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL NA HISTÓRIA E NA LITERATURA (C.1836-C.1866)

[Cesar Augusto Barcellos Guazzelli](#)

**DOI 10.22533/at.ed.75920280510**

#### **CAPÍTULO 11 ..... 124**

O PODER BÉLICO DAS PALAVRAS: O DISCURSO VENCEDOR DOS REPUBLICANOS LIBERAIS NA QUEDA DA MONARQUIA NO BRASIL (1870-1891)

[Daiane Lopes Elias](#)

**DOI 10.22533/at.ed.75920280511**

#### **CAPÍTULO 12 ..... 136**

PARA ALÉM DA INVENÇÃO: UMA CRÍTICA AO CONCEITO HOBBSBAWMIANO DE TRADIÇÃO

[Ivan Rodrigo Trevisan](#)

**DOI 10.22533/at.ed.75920280512**

#### **CAPÍTULO 13 ..... 146**

FUTEBOL DE BOTÃO / MESA – PASSADO, PRESENTE E FUTURO NA PERCEPÇÃO DO BOTONISTA

[Ary Luiz de Oliveira Peter Filho](#)

**DOI 10.22533/at.ed.75920280513**

### IV.

#### **CAPÍTULO 14 ..... 165**

PROJETO DE LEITURA E ESCRITA: FÁBULAS POTIGUARA

[Juracy Dayse Delfino Soares](#)

**DOI 10.22533/at.ed.75920280514**

#### **CAPÍTULO 15 ..... 174**

PROTAGONISMO POLÍTICO JUVENIL E NARRATIVAS DE HISTÓRIA: PERSPECTIVAS DA APRENDIZAGEM HISTÓRICA PELA *BURDENING HISTORY*

[Jéssica Christina de Moura](#)

**DOI 10.22533/at.ed.75920280515**

#### **CAPÍTULO 16 ..... 189**

PERCEPÇÃO SOCIOCULTURAL DO SÉCULO XIX ATRAVÉS DA ANÁLISE DO VESTUÁRIO DE ÉPOCA

[Lilian Patricia Soares Filocreão](#)

**DOI 10.22533/at.ed.75920280516**

#### **SOBRE O ORGANIZADOR..... 201**

#### **ÍNDICE REMISSIVO ..... 202**

## ALDEADOS DE PIRATININGA – INDÍGENAS ADMINISTRADOS DE SÃO PAULO COLONIAL (SÉCULOS XVI - XVII)

*Data de aceite: 12/05/2020*

*Data de submissão: 05/02/2020*

**Antonio Martins Ramos**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
(PUC-SP)

Programa de Estudos Pós-Graduados em História  
São Paulo – SP

Link para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8993938358100226>

**RESUMO:** Este artigo, que tem por base apresentações da tese de doutorado que venho atualmente desenvolvendo, é uma síntese bibliográfica sobre alguns de seus temas, que são alguns dos fatores cotidianos e econômicos que caracterizaram, na vila colonial de São Paulo, o sistema da Administração indígena enquanto uma forma de escravidão efetiva. Sujeitos a guerras de apresamento, cativeiro, e tráfico das então chamadas “peças”, os índios que originalmente habitavam o entorno paulista foram obrigados a se submeter ou se adaptar a uma nova realidade social que se configurava a partir da exploração de sua força de trabalho. Sendo este sistema a base do modelo colonial adotado regionalmente, principalmente através da ação dos colonos e moradores paulistas, e

da ação dos missionários jesuítas, o espaço do Aldeamento se constituiu como o centro deste sistema, onde os índios eram encaminhados desde suas várias procedências, em geral, pelas expedições apresadoras, aos vários destinos relacionados à administração particular, estatal, ou eclesiástica. Tendo ocorrido em meio à proibição legal da escravidão indígena, este sistema de administração evoluiu entre os séculos XVI e XVII a partir dos conflitos entre colonos e missionários, impondo aos indígenas a necessidade de adaptar a resistência a partir da busca de seu lugar social onde fosse possível a preservação de sua identidade cultural e a própria sobrevivência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aldeamentos, escravidão indígena, Administração.

ALDEADOS DE PIRATININGA – INDIANS  
ADMINISTRADOS OF COLONIAL SÃO  
PAULO (16TH AND 17TH CENTURIES)

**ABSTRACT:** This article, which is based on presentations of the doctoral thesis that I am currently developing, is a bibliographic synthesis on some of its themes, which are some of the daily and economic factors that characterized, in the colonial village of São Paulo, the system of indigenous administration as an effective form

of slavery. Subject to wars of imprisonment, captivity, and trafficking in the so-called “pieces”, the Indians who originally inhabited the surroundings of São Paulo were forced to submit to or adapt to a new social reality that was configured through the exploitation of their workforce. This system being the basis of the colonial model adopted regionally, mainly through the action of the colonists and residents of São Paulo, and the action of the Jesuit missionaries, the Aldeamento space was constituted as the center of this system, where the Indians were guided from their various origins, in general, by holding expeditions, to various destinations related to private, state, or ecclesiastical administration. Having occurred in the midst of the legal prohibition of indigenous slavery, this system of administration evolved between the 16th and 17th centuries from the conflicts between colonists and missionaries, imposing on the Indians the need to adapt resistance based on the search for their social place wherever preserving their cultural identity and survival as possible.

**KEYWORDS:** Aldeamentos, Indian slavery, Administração.

Uma das principais questões historiográficas a respeito da vila de São Paulo de Piratininga é a questão da natureza da exploração indígena praticada, no sentido em que representaria uma forma de escravidão efetiva, ou um sistema diverso, especialmente devido às suas particularidades legais e à comparação com o escravismo de matriz africana.

Neste artigo vou procurar apresentar elementos favoráveis à primeira hipótese, a partir da importância econômica que a exploração indígena representava na São Paulo colonial, na forma com que eram referidos os índios administrados nos testamentos particulares, e nos sentidos adquiridos pelos aldeamentos como espaço de referência na exploração do trabalho, posse e controle social dos nativos. A partir de apresentações realizadas sobre a pesquisa que estou desenvolvendo, este texto tem por base citações bibliográficas e análises de fontes históricas que tenho utilizado para a elaboração da referida tese a ser futuramente publicada.

Toda a questão jurídica indigenista colonial, tanto nas Américas portuguesa como na espanhola, gravitava em torno da proibição do escravismo indígena, de origem eclesiástica. Esta proibição foi resultado de um período de debates intelectuais jurídico-teológicos ocorridos na Europa em princípios do século XVI a respeito da natureza humana do nativo americano. Longe de envolver uma simples questão filosófica, tratava de temas políticos, sociais e econômicos muito contundentes para o período, como a legitimidade de se praticar a guerra contra os indígenas, a fim de fazê-los cativos. De forma sintética, os resultados destes debates apontaram para uma proibição do cativo indígena que não impedia as suas exceções, ou seja, quando os mesmos não se enquadrassem em sua nova condição de súditos da coroa, principalmente através da conversão cristã-civilizatória (Agnolin, Adone. 2007, 72.), haveriam justificativas que legitimassem a guerra e a escravidão.

São Paulo de Piratininga foi um dos grandes centros de todo o continente americano onde se praticou tanto a ação da conversão missionária quanto o trato da exploração da mão de obra sobre os povos nativos. Estas duas vertentes de uma mesma imposição cotidiana sobre os índios, para os colonizadores significavam lados opostos de um crescente conflito, cujo centro estava na divergência sobre as formas dessa exploração que, na realidade prática, envolvia guerra, cativeiro, posse (tráfico e comércio dos corpos), violência física, aculturação e etnocídio. À parte disso, permaneciam vigentes e eram reiteradas as leis e regimentos favoráveis à liberdade indígena, que enquanto para os índios não representassem impedimentos sobre a coerção de que eram objeto, entre colonos e jesuítas significavam um acirramento da disputa sobre o controle e a posse dos indivíduos.

Tanto a escravidão indígena quanto a africana baseavam-se nas mesmas premissas: o modelo de exploração colonial da produção de excedentes agrícolas e o trato comercial de corpos. O que ocorria em relação aos índios, era a contradição de que o escravismo precisava ser justificado, legitimado e naturalizado, pelo fato de ser oficialmente proibido, mas também pelas questões morais e de consciência religiosa. Essa justificação foi sendo buscada pelos colonos paulistas enquanto o escravismo em si já existia na prática (Monteiro, John Manuel. 2009, 130). As leis procedentes da Coroa podiam variar entre a reiteração da liberdade indígena, de acordo com os interesses da Igreja, ou para regulamentações da administração particular conforme os interesses dos colonos, que na prática contradiziam a proibição do cativeiro.

Entre os séculos XVI e XVIII, esta legislação oscilante buscou dar conta de tal contradição, porém, sem muito sucesso em evitar os conflitos locais, como no caso de São Paulo, entre colonos e moradores, mediados pela Câmara Municipal contra os jesuítas, amparados pelas determinações da Igreja. “A legislação indigenista sempre foi, na América portuguesa, burlada, transformada em letra morta” (Ambires, Juarez Donizete. 2010, 75). A complexidade de tal contradição em determinadas situações possibilitava, por exemplo, que os próprios jesuítas pudessem legitimar o uso de índios para a exploração pelo serviço régio (Alencastro, Luiz Felipe de. 2000, 195), ou por outro lado, de que os próprios índios pudessem eventualmente reivindicar direitos em ações jurídicas junto à Câmara. A liberdade e o cativeiro, assim como os limites da exploração, variavam nos primeiros séculos conforme a dimensão dos conflitos, legislações, e circunstâncias locais.

Tal como em outras partes da América portuguesa, o espaço em torno do qual este conflito se concentrava localizava-se nos chamados *Aldeamentos*, que foram o modelo dominante adotado tanto pelos padres missionários quanto pela Coroa. Projetados enquanto centros de habitação e conversão de índios das mais diversas origens, os aldeamentos passaram a adquirir múltiplas funções sociais, da qual uma das características foi a de centro de concentração de encaminhamento de índios. Outra característica dos aldeamentos em sua origem, estava no seu uso como forma de controle social entre as diferentes nações

indígenas devido à dinâmica de suas guerras entre si, assim como pelos ataques sofridos pelos primeiros colonos. Enquanto as vilas coloniais se encontravam cercadas de tribos hostis e resistentes, a política de alianças com determinados grupos cumpria também um papel de segurança no qual os índios eram treinados em atividades voltadas para a guerra, de forma que eram fundamentais na formação das tropas expedicionárias. “O método de fixar tribos ‘mansas’, aliadas, entre os moradores e os índios inimigos deu lugar à política de ‘descimentos’, do transporte das tribos do sertão para os aldeamentos fundados nas vizinhanças dos enclaves coloniais” (Alencastro, Luiz Felipe de. 2000, 122).

Núbia Ribeiro, ao tratar da questão em Minas Gerais do século XVIII, afirma que “os aldeamentos foram espaços inventados; opõem as aldeias. Constituíram-se como ambientes pensados para serem espelhos da civilização, distintos dos espaços originais criados pelo modo de vida dos povos indígenas.” (Ribeiro, Núbia. 2008, 304). Para a autora, o aspecto de dominação e repressão sempre predominou, até porque mesmo após as leis do Diretório dos Índios, do século XVIII, continuavam a possuir tais características:

“Percebe-se claramente na disposição dos aldeamentos que eram espaços destinados a reforçar a segregação. (...) A integração do índio à sociedade colonial afirmada por alguns estudiosos da história indígena quando interpretam o Diretório, mesmo o Pombalino, é no mais das vezes ingênua e distorcida. Afinal, a integração dos índios almejada pelo Estado e Igreja se resume em ter o controle da vida desses povos, apaziguá-los para libertar o caminho das riquezas e posses das terras. Educá-los nos costumes civilizados, ainda, implicou proibi-los de usar arcos e ensinar-lhes o serviço militar, cultivar o respeito aos superiores e lançar mão dos meios adequados para que deixassem a preguiça, incentivando o trabalho nas plantações. Ora, isso nada mais é que uma integração para submissão, sem pretensões de integrá-los realmente como parte da sociedade colonial.” (Ribeiro, Núbia. 2008, 307).

De forma geral, os aldeamentos foram tradicionalmente classificados em três tipos, que atendiam aos interesses dos três atores sociais colonizadores: a coroa, a Igreja e os colonos. Em sua fase inicial, tivemos “os aldeamentos ‘privados’, controlados pelos colonos; os que pertencem diretamente à alçada da administração colonial e regidos por funcionários nomeados *capitães d’aldeia* ; e os controlados pelos jesuítas, os únicos que subsistirão após a escravização da população indígena ‘aldeada’ e os diversos episódios de fuga ou de luta de resistência indígenas.” (Zeron, Carlos Alberto. 2011, 86). Ao longo dos séculos XVI e XVII, conforme se fazia o apresamento indígena pelos colonos paulistas em regiões ainda relativamente próximas de Piratininga, e enquanto a população nativa presente neste entorno ainda compensava tais expedições, os aldeamentos particulares foram então servindo à função de fonte de requisições de índios administrados para a exploração do trabalho. Porém tão logo esta população escasseava, fato que se percebeu já no primeiro século, tais requisições de aldeados foram se tornando uma prática cada vez mais comum entre os moradores paulistas. “O distanciamento cada vez maior das “reservas indígenas” e a oposição ferrenha dos jesuítas das missões, fez com que os paulistas se valessem, cada vez mais, dos aldeamentos indígenas para suprirem suas necessidades de braços.” (Blaj, Ilana. 2002, 133).

Da administração originalmente eclesiástica, a disputa pelos índios ocorria também em função do controle dos aldeamentos, a fim de se atender mais prontamente aos interesses de colonos e moradores. Não apenas os aldeamentos se diferenciavam em categorias, mas no próprio conceito da gestão administrativa houve uma separação entre “governo temporal” e “governo espiritual”. “A lei de 1611 mantinha a jurisdição espiritual dos jesuítas, mas determinava a criação de um até então inexistente Capitão de Aldeia, morador, encarregado do governo temporal.” (Perrone-Moisés. 08/2000, 150). Porém na prática o que houve em São Paulo foi uma alternância do governo temporal entre os capitães e os jesuítas, dada a resistência dos missionários em fornecer indivíduos conforme as reivindicações dos moradores.

Podemos identificar uma questão recorrente no século XVII, em São Paulo, que foi a dificuldade em se administrar os aldeamentos públicos em função conflito gerado pela administração particular sobre os índios aldeados. Especialmente nas atas da câmara municipal do início da década de 1680, o tema se revela muito presente. A Câmara requeria que se fizessem listas dos índios aldeados, buscando identificar os que se achassem a serviço dos moradores, e também determinava punições contra estes, que os mantivessem em suas casas. Para os índios, embora basicamente fossem os objetos visados, esta situação também poderia significar oportunidades de fuga ou a possibilidade de troca de senhores. Porém de forma geral, ficavam sujeitos aos deslocamentos e mudanças determinados pelas autoridades públicas e judiciais.

“Termo de vreaança - (...) foi requerido aos officiaes da camera juntos que visto não averen mais indios nas aldeas pois os que avião trazidos dellas por estrem os dittos Indios em casa dos moradores travalandolhe em suas fazendas os mandasen a porta do administrador p.a que se disposesse delles o que fosse servido no serviso de S. A. que Deos g.de e que se passasen mandados executivos p.a os cobraren onde quer que estiverem em casa dos moradores e pellos ditos officiaes da camera digo do cap.an M.el Roiz de Arzão foi remmetido em caza do dito admenistrador dezassete Indios que foram os que se acharão nas aldeas pelo tab.m Mathias que a seu tempo lhe passasem para sua descarga e ficarão de que trazendo o meirinho alguns da aldeia de maruery os levaria a casa do ditto admenistrador (...)” (ACTAS DA CAMARA, vol. VII, 67 [07/09/1680]).

As reclamações da câmara e das autoridades governamentais sobre a falta de índios nos aldeamentos, pelo fato de se encontrarem em casas de moradores, foram eventos constantes no século XVII, indicados pela frequência nos registros documentais, como neste exemplo citado. Isto evidencia a disposição de uso da mão de obra indígena a serviço dos colonos e moradores mesmo quando tal prática ocorria fora de conformidade com a lei. Além dos administrados domésticos, que residiam em proximidade com as famílias paulistas, podia-se utilizar outra forma de administração temporária sobre os índios aldeados.

Podemos então afirmar que, até o século XVIII, quando tais estabelecimentos entraram em inexorável declínio rumo à extinção, os aldeamentos serviram principalmente como um local de requisição de índios para administradores particulares, além dos “usos”

que deles se faziam a Coroa e os administradores eclesiásticos. Quanto aos usos públicos dos índios, por exemplo, para guerras ou expedições, suas atividades poderiam não se diferenciar muito das de usos particulares. Os aldeamentos reais, também conhecidas por *Aldeias de Sua Majestade*, eram os lugares onde por definição os índios eram recrutados para obras públicas. Porém ali os administradores particulares também poderiam requisitar índios para estes serviços. Como “obras públicas”, entenda-se um conjunto variado de formas de trabalho voltadas para o serviço coletivo, tais como reparos em estruturas de vias públicas, formações de tropas para fins diversos, e nos transportes de objetos e mercadorias. “A coroa e seus representantes também utilizavam os serviços indígenas, principalmente nas expedições voltadas aos descobrimentos dos metais preciosos.” (Blaj, Ilana. 2002, 130). Como carregadores, tanto os índios aldeados como os particulares foram intensamente utilizados nesta árdua tarefa, sendo por ela escassamente remunerados, conforme as práticas vigentes da administração.

Nos registros das câmaras municipais encontramos esta situação comum sobre a exploração dos índios, partindo do fato de que estes ficavam à disposição de quem os requisitasse, fossem moradores ou a administração pública. Em outras palavras, os índios aldeados serviam à administração real, mas também como “bens públicos” dos quais os moradores poderiam usufruir para diversos fins. Na expressão de Pasquale Petrone, os aldeamentos “eram verdadeira reserva de *motores animados* a serviço dos moradores europeus, do núcleo ou dos arredores.” (Petrone, Pasquale. 1995, 202). “Eram, portanto, *aldeias de serventia*, fato que as define funcionalmente. E os próprios indígenas, o que é mais significativo, tinham consciência disso.” (Petrone, Pasquale. 1995, 203).

Outro aspecto que se destaca pelo volume de referências (especialmente nas Atas da Câmara de São Paulo, são muito comuns os registros de requisições de índios para formação de tropas e expedições), é a predominância das requisições para fins militares. Vale lembrar que no século XVII o Brasil esteve constantemente envolvido em contextos bélicos não somente com os ataques diretos dos bandeirantes paulistas ao sul, mas também devido à presença holandesa no nordeste e nos constantes eventos de ataques corsários à costa, assim como também a Coroa se encontrava diretamente envolvida na Guerra da Restauração que se prolongou até 1668. A necessidade de contingentes militares em São Paulo podia se relacionar a fins diversos, como o de ataques de piratas no litoral ou interferências sobre índios resistentes nos caminhos das tropas aos sertões.

Mas um aspecto particular que nos chama a atenção, dentro desta questão da utilização dos índios aldeados como contingente militar, está na formação das próprias tropas de apresamento, incluindo as mais célebres que na historiografia ficaram conhecidas como “bandeiras”. Associadas a outras causas, como o choque microbiano, e as próprias ações de concentração praticadas pelos jesuítas (Castelnau-L’Estoile, Charlotte. 2006, 19), foram estas constantes expedições um dos fatores cruciais do etnocídio indígena. A extinção e expulsão de nações e grupos diversos, não somente pela destruição das aldeias

com toda violência inerente, mas também pelas próprias consequências da exploração do escravismo, fazem parte de um amplo e conhecido capítulo da história colonial que em São Paulo ficou marcado pela decadência dos aldeamentos no século XVIII. Mas o extermínio se evidenciava bem antes disso, pela constante escassez de braços para atender a demanda escravista dos paulistas. “Eram constantes também as queixas de que as aldeias reais se despovoavam graças à ação dos moradores paulistas que levavam os índios para suas casas ou fazendas” (Blaj, Ilana. 2000, 246). Como é sabido, para os índios, a violência, a dureza dos regimes de trabalho, a falta de resistência às doenças contagiosas, foram os fatores básicos deste genocídio, mas há de se acrescentar o desalento cotidiano da subalternidade, que tirava o próprio sentido da vida ao colocar o índio como não dono de si, mas como objeto de disputa por sua posse e exploração, sempre na perspectiva da imposição da conversão cultural.

“Uma vez capturados no sertão e distribuídos entre os sitiados do planalto paulista, ou então reduzidos nos aldeamentos reais e religiosos (...), seriam levados pela força a viver novas situações e relações de produção, a se adequarem a novos regimes e padrões temporais do trabalho humano. Em resumo, a se converterem e serem convertidos ao que temos entendido como uma experiência estranhada sobre os tempos do trabalho.” (Velloso, Gustavo. 2016, 236).

A concentração de aldeamentos na região de Piratininga é também um indicativo da importância econômica assumida pela prática do escravismo indígena. Embora descrita como uma economia de subsistência, em que parte da historiografia reiterava o isolamento da vila, São Paulo do século XVII possuía uma produção comercial considerável, inclusive exportando trigo, farinha, carne de porco, marmelada e tecidos de algodão, além de mandioca, feijão, milho, açúcar, aguardente e vinho. Mas os índios eram a principal fonte de rendimento e acumulação de capital (Nazzari, Muriel. 1999, 30), não apenas no trato do escravismo em si, mas na relação direta que este modelo econômico guardava com todas as demais atividades: agricultura, pecuária, manufaturas, transportes de cargas, defesa militar, as expedições ao interior, e a partir das descobertas de ouro, na própria mineração.

No segundo século colonial, além do apresamento em si, a exploração da força de trabalho indígena se consolidava como fator econômico local. Trabalhos de autores mais recentes como Maria Luiza Marcílio, John French, Muriel Nazzari, e John Monteiro, apontam para uma sociedade colonial paulistana extremamente hierárquica e estratificada, onde uma elite colonial que centralizava a riqueza articulava-se com todo o restante da colônia, resultando no desenvolvimento de uma agricultura de comércio de gêneros alimentícios, bem como num crescimento demográfico. Estes aspectos contrariam a visão historiográfica tradicional do IHGSP, de uma vila de São Paulo pujante e autossuficiente, assim como também a dos debates do CEPAL, de “uma área extremamente pobre, tendente à autosubsistência, sem grandes articulações com o nordeste exportador ou mesmo com o Antigo Sistema Colonial” (Blaj, Ilana. 1998, #2-5). A autora afirmou a inclusão da vila de



São Paulo ao circuito mercantil colonial e ao controle régio, desmistificando a historiografia tradicional que a colocava como “núcleo rebelde, isolado e miserável” (Sposito, Fernanda. 2012, 181). A utilização extensiva da mão de obra indígena, por exemplo, na produção de trigo e na pecuária, além das outras formas de exploração do trabalho, mas principalmente pelo mercado de corpos que se estabelecia como prática corrente a despeito da legislação, caracterizavam um sistema econômico absolutamente identificado ao modo de produção escravista, em todos os seus aspectos. No escravismo moderno, em que o escravo em si constitui-se enquanto produto, e não só pelo valor de sua força de trabalho, as ações de captura e apresamento ganhavam o sentido de atividades comerciais das mais lucrativas. Mas a produção agrícola e os trabalhos em geral executados pelos cativos condicionavam o sistema de forma a se justificar enquanto necessidade. O sistema de administração indígena empregado em São Paulo, dependente das expedições ao sertão, difere desse modelo mercantilista no sentido em que a exploração da força de trabalho tinha uma importância mais contundente.

“Com o bandeirismo de apresamento e com a escravização do gentio conseguiu-se a produção de todo um excedente agrícola comercializado na colônia e fora dela. (...) Assim, é a mão de obra indígena que iria imperar no núcleo paulista executando múltiplas atividades para os habitantes e para as autoridades reais. Trabalhando nos serviços de casa, nas roças e lavouras, ajudando na criação de bois e porcos, exercendo diferentes ofícios como tecelões, alfaiates, sapateiros, carpinteiros, abrindo e conservando caminhos, participando das expedições ao sertão, transportando mercadorias e autoridades, construindo fortalezas, o negro da terra tornou-se onipresente em São Paulo colonial.” (Blaj, Ilana. 2002, 129-130).

O fundamento escravista da economia paulista ocorria portanto a partir de dois fatores: a exploração da mão de obra para todas as atividades, e o comércio escravista em si. Neste ponto, verificamos a evidência básica que caracterizava o sistema de administração como escravidão efetiva. A disposição comercial sobre os índios em nada se diferenciava de um mercado escravista, senão por dois aspectos: o preço mais baixo em comparação aos negros, e a condição legal da liberdade indígena, que em nada impedia as transações comerciais.

“Os documentos legais, tais como inventários, reiteravam constantemente que os índios eram livres, mas ao mesmo tempo forneciam pistas de que continuavam a ser vendidos. Por isso, alguns historiadores sustentam que a principal fonte de renda dos paulistas era a venda de índios, mais do que de excedentes agrícolas para outras capitânias.” (Nazzari, Muriel. 2001, 39).

A condição de alforria, presente na documentação de forma geral, é outro fator que vem reiterar a realidade da escravidão indígena, uma vez que indica a mudança de condição alcançada por alguns indivíduos. Além de legalmente liberto, que por si já indica uma contradição diante da inexistência legal de uma escravidão indígena, a alforria é um indicativo da proximidade de relações entre senhor e escravo.

“(...) Declaro que sou casado com Mecia Bicudo de Mendonça e tenho oito filhos todos varões os quaes herdeiros da pobreza que possuo. Declaro que tenho cinco serviços

forros os quaes sirvam a minha mulher para a ajuda de criar a seus filhos.” (Testamento de Manuel de Siqueira, Vila de São Paulo, 02/09/1614. INVENTÁRIOS E TESTAMENTOS, XXIII, 200).

O alforriado era alguém que podia compartilhar uma relação doméstica ou familiar, ou alguém de quem seu senhor queria se ver livre, mas também uma condição que podia resultar de uma negociação que era também um instrumento de dominação (Pétré-Grenouilleau, Olivier. 2009, 133), tal como em qualquer forma de escravismo, antigo ou moderno. Segundo o que se pode observar na documentação em geral, tanto em São Paulo como no Maranhão e por toda o Brasil colonial, a alforria era muito comum entre os indígenas, como forma de se referir a uma efetiva condição de liberdade.

Pelos testamentos do século XVII, percebe-se que embora pela lei todos os índios fossem forros ou livres, na prática não o eram, pois estes “negros”, como eram assim chamados, já que o termo “escravo” não era utilizado, continuaram a ser comprados e vendidos (Silva, Maria Beatriz Nizza da. 2009, 59). Ao final do século XVII, voltava-se inclusive à avaliação financeira dos índios administrados tal como se fazia no século anterior (Silva, Maria Beatriz Nizza da. 2009, 62). A inclusão de preços e valores relativos às “peças” são indicativos de períodos onde a legislação não reiterava a liberdade indígena. Nelas constatamos que os valores sobre os escravos negros sempre foram bem superiores aos dos índios administrados. Nos inventários e testamentos paulistas publicados, que nos servem como amostragem, os índios e escravos eram geralmente relacionados em duas categorias distintas, *Escravos e Peças da terra*.

Diante de condições sociais tão desfavoráveis, uma importante questão que se coloca diz respeito à resistência indígena e suas possibilidades. Além da visão tradicional de que, para o índio, restavam apenas as opções de enfrentamento, fuga, ou submissão, a historiografia mais recente considera também a “resistência adaptativa” como uma possibilidade real e comum, onde os povos indígenas buscavam se inserir nas novas estruturas sociais e ao mesmo tempo preservarem sua cultura e identidade, na medida do possível.

O conceito de resistência adaptativa deve incluir formas diversas, ligadas ao relacionamento social a partir de vínculos legais, de trabalho, e até mesmo afetivos, como se pode deduzir a partir das relações de trabalhos domésticos: “Outro setor que se percebe uma presença significativa do trabalho indígena é o dos serviços caseiros, de grande variedade. Ama-de-leite; ajudar a criar crianças; e também o serviço prestado por crianças.” (Petrone, Pasquale. 1995, 218). Assim este autor cataloga exemplos de atividades exercidas pelos aldeados, entre os demais moradores:

“Diversidade de ofícios: louceiros, barbeiros, costureiros, sapateiros, tecelãs, seleiros, oleiros, carpinteiros, músicos, pedreiros, pintores, lavradores, boiadeiros, alfaiates, sacristãos, artesãos diversos, caçadores, pescadores, guias, carregadores, guarda-costas, estafetas, damas-de-companhia, etc.” (Petrone, Pasquale, 1995, 220).

**A busca pelo lugar social do morador indígena, portanto, relaciona-se com seu próprio**

movimento de procurar a integração, como forma natural de resistência. Esta integração procurava afirmar sua identidade cultural indígena ao mesmo tempo que a de súdito real e cristão, e em sua luta de resistência, encontrava no aldeamento a contradição de um espaço de exclusão e integração, como uma espécie de periferia de um sistema social que reiterava a ambiguidade nas leis que criavam a figura do súdito-administrado, entre a liberdade e a escravidão.

Ao se tratar das condições jurídicas, sociais e culturais dos moradores indígenas, sejam eles aldeados, administrados, servos ou escravos, assim como das dinâmicas do conflito colonial em torno de seu domínio, estamos tratando não apenas do quadro social de Piratininga, mas também do próprio lugar ocupado por São Paulo na história colonial, no período em que a vila se constitui em cidade e a capitania define seus horizontes geográficos. Isto porque os indígenas, nas diferentes condições de origem e adaptação no entorno do espaço paulistano, foram eles sujeitos predominantes, ativos e fundamentais em todos os movimentos da história colonial paulista, não obstante o declínio populacional que, de forma tão drástica, os fez quase completamente desaparecer.

## REFERÊNCIAS

- **ACTAS DA CAMARA DA VILLA DE S. PAULO** – Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo, Volumes VII a X (1679 – 1736). S. Paulo, Typographia Piratininga, 1915.

**INVENTÁRIOS E TESTAMENTOS** – Papéis que pertenciam ao 1o cartório de órfãos da capital. Volumes XXII a XXVIII (1604 – 1750). Publicação oficial do Archivo do Estado de S. Paulo, Typographia Piratininga, 1920.

AGNOLIN, Adone. **Jesuítas e Selvagens – A negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi (Séc.XVI-XVIII)**. São Paulo: Humanitas Editorial, Fapesp, 2007.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. - São Paulo - Companhia das Letras, 2000.

AMBIRES, Juarez Donizete. **A Administração dos Índios em São Paulo em fins do século XVII**. (in) ODALIA, Nilo e CALDEIRA, João Ricardo de Castro (orgs.). **História do Estado de São Paulo, volume 1 – Colônia e Império**. São Paulo, Editora UNESP, Imprensa Oficial, 2010.

BLAJ, Ilana. **O índio e o desenvolvimento de São Paulo**. Resenha crítica. (in) **Boletim Paulista de Geografia** n. 75. São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. **Mentalidade e sociedade: revisitando a historiografia sobre São Paulo colonial**. (in) **Revista de História** 142-143, 239-259. São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002.

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte – **Operários de uma vinha estéril – Os Jesuítas e a conversão dos índios no Brasil – 1580-1620**. Bauru/SP: Edusc, 2006.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra – Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São

Paulo, Companhia das Letras, 2009.

NAZZARI, Muriel. **Da escravidão à liberdade: a transição de índio administrado para vassalo independente em São Paulo colonial.** (in) SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **Brasil – Colonização e escravidão.** Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1999.

\_\_\_\_\_. **O desaparecimento do dote: mulheres, família e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900.** Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo. Companhia das Letras, 2001.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **Aldeados, aliados, inimigos e escravos: lugares dos índios na legislação portuguesa para o Brasil.** (in) **Portugal – Brasil: Memórias e Imaginários.** Congresso Luso-Brasileiro. Lisboa, 08/2000.

PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier. **A História da escravidão.** São Paulo, Boitempo, 2009.

PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos Paulistas.** EDUSP, São Paulo, 1995.

RIBEIRO, Núbia Braga. **Os povos indígenas e os Sertões das Minas do Ouro no século XVIII.** Tese de doutorado. FFLCH-USP, São Paulo, 2008.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **História de São Paulo Colonial.** São Paulo, Editora Unesp, 2009.

SPOSITO, Fernanda. – **Santos, heróis ou demônios? - Sobre as relações entre índios, jesuítas e colonizadores na América Meridional (São Paulo e Paraguai/ Rio da Prata, séculos XVI – XVII).** Tese de doutorado. Orientador: Prof. Dr. Pedro Puntoni, FFLCH-USP, São Paulo, 2012.

VELLOSO, Gustavo. - **Ociosos e Sedicionários: populações indígenas e os tempos do trabalho nos Campos de Piratininga (século XVII).** Orientador: Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron. FFLCH-USP, São Paulo, 2016.

ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. **Linha de Fé: A Companhia de Jesus e a Escravidão no Processo de Formação da Sociedade Colonial (Brasil, Séculos XVI e XVII).** São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Administração 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 103, 146, 163, 201

Afrocentricidade 87

Aldeamentos 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32

Analogia sabática 33, 34, 35

### C

Campo religioso 57, 58

Candomblé 58, 65, 70, 71, 72, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 93, 97

Caudilhos 113, 120

Colonialidade 21, 70, 72, 73, 75, 76, 79, 80, 83, 84, 85

Cristo 33, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 62

### D

Decolonialidade 70, 72, 73, 79, 84

Discursos políticos 124

Diversidade 30, 49, 57, 77, 79, 82, 83, 96, 97, 146, 151, 153, 155, 161, 178, 198

### E

Educação 1, 14, 20, 33, 45, 46, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 60, 77, 78, 84, 87, 95, 97, 164, 174, 175, 176, 177, 178, 181, 187, 188, 189, 201

Educação Histórica 45, 49, 174, 175, 176, 178, 181, 187, 188

Ensino de História 45, 56, 188, 189, 198

Ensino religioso 45, 46, 47, 50, 52, 53, 54, 55

Eric Hobsbawm 136, 137

Escravidão 22, 23, 24, 28, 29, 30

### F

Força 22, 28, 29, 46, 50, 54, 57, 59, 77, 90, 102, 110, 125, 141, 180, 184, 187

Fronteiras 78, 79, 83, 112, 113, 115, 122, 131, 133, 134, 188, 195

### G

Governo 17, 18, 26, 58, 59, 124, 125, 126, 130, 131, 180, 183, 184, 185

Guerra 2, 3, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 47, 48, 59, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 127, 131, 133, 134, 150, 156

## H

História da América Latina 13

História do Tempo Presente 13, 79

## I

Identidade 14, 15, 16, 19, 20, 22, 30, 31, 50, 52, 76, 80, 91, 93, 109, 113, 115, 122, 138, 143, 144, 165, 168, 192, 195, 199

Ideologia 48, 50, 136, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145

Indígena 13, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 96, 165, 166, 171

Irmandades 63, 93, 94, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 105, 107, 108, 112

## J

Jogos de Escalas 98, 101

## M

Machado de Assis 57, 58, 67

Movimentos Sociais 13, 21, 73, 103

## N

Nação 16, 19, 35, 89, 110, 122, 128, 129, 136, 138, 142, 143, 151, 196, 199

Nacionalismos 136, 142

Negras 65, 72, 87, 93, 94, 97, 98, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 111

## P

Província 113, 114, 118

## R

Religiosidades 53, 57, 67, 86, 90

Republicanos liberais 124, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 135

## S

Sábado 33, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 148

## T

Território 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 91, 104, 119, 125, 167, 193

Tradição inventada 136, 137, 142

Transgeracionalidade 87, 92

## Z

Zapatismo 13

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**